

SOBRE LITERATURA JUVENIL PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA: IDENTIDADE E ALTERIDADE

FRANCESCA BLOCKEEL

Esta contribuição pretende dar a conhecer o livro editado em 2001 na Editorial Caminho, *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade*, e que constitui uma síntese dos resultados da minha tese de doutoramento defendida em Março de 2000 na Faculdade de Letras da Universidade de Lovaina (Bélgica). Nesta tese averigui que imagem de Portugal e do Outro se oferece na literatura juvenil portuguesa do período pós-revolucionário. Esse tempo de vertiginosa aceleração de acontecimentos trouxe profundas mudanças na vida social, cultural, política e económica, e contribuiu para estimular a reflexão sobre a identidade nacional e cultural.

Ora, as imagens, os temas e os valores atinentes às questões do nacionalismo e da identidade são, consabidamente, produzidos ou regenerados em grande parte pelo discurso literário, que estimula os leitores para uma reflexão ontológica, e foi certamente esse o caso em Portugal. O número 13 da revista *Discursos* (1996) evidencia o interesse que surgiu recentemente no meio universitário português pela presença dessa problemática na literatura contemporânea.

Como a infância é um período impressionável, em que as crianças descobrem e assimilam um manancial de informações que lhes permitem aclimatar-se à sua própria cultura, as mensagens que recebem através da sua literatura, como refle-

xo do ambiente social, podem ter um efeito formativo importante. Contudo, em Portugal ainda não foram realizados estudos a partir da literatura juvenil como fonte para a identificação das crenças e das concepções mentais dominantes.

O livro *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade* consta de três partes, a primeira sendo uma parte descritiva do meu objecto de estudo, a literatura juvenil contemporânea, a segunda a análise da identidade portuguesa nas narrativas juvenis e a terceira o tratamento do outro nas mesmas.

Quanto à parte sobre a literatura juvenil, é preciso saber que, quando iniciei a investigação em 1994, não existia nenhum estudo profundo que tratasse a literatura infanto-juvenil portuguesa contemporânea, apenas havia pequenos ensaios avulsos e balanços anuais. Contudo, o período 1974-1994 conheceu grandes mudanças e apresentei, pois, a produção desse período na sua globalidade.

Qual é agora o interesse, em que se distingue, por exemplo, dos dois estudos realizados em 1998 (por J. A. Gomes e G. Barreto respectivamente), ou da obra de Natércia Rocha, que são como espécies de histórias da literatura infanto-juvenil?

Um primeiro capítulo consiste no esboço dos estudos teóricos existentes sobre a literatura infanto-juvenil. Desta visão de conjunto depreende-se logo a pouca atenção de que é alvo a literatura juvenil contemporânea em comparação com a literatura para os mais novos. Apresento a seguir sucintamente a produção anterior a 1974, não com a intenção de enumerar autores e títulos (para isso consulte-se as obras citadas no primeiro capítulo) mas de pôr em destaque a presença da temática nacionalista na literatura e no ensino.

É consabido que o conservadorismo, uma aceitação tácita dos princípios tradicionalistas e os temas nacionais eram características gerais durante o Estado Novo, não obstante o esforço de uma mão-cheia de escritores para não se sujeitarem à

ideologia do regime, como, por exemplo, Ilse Losa, Sophia de Mello Bryner Andresen, António Torrado e Luísa Ducla Soares.

No período pós-revolucionário, a literatura juvenil enveredou por um novo caminho e conheceu um verdadeiro *boom*, sobretudo depois de 1980. Hoje em dia, a literatura infanto-juvenil portuguesa tem créditos firmados e está a alinhar-se pelo caminho europeu, embora com as suas características particulares. Estudei o processo dessa «maturação» através das quatro mudanças significativas que se manifestaram durante o *boom*: o público-alvo, a temática, os géneros e a situação no campo literário.

Em primeiro lugar, mudou consideravelmente o público-alvo. De facto, no período anterior escrevia-se sobretudo para uma faixa etária que não ultrapassava os doze anos. A produção que existia para os mais crescidos era pouca e de fraca qualidade literária, tanto no plano da língua como dos conteúdos. A pouco e pouco foi-se descobrindo que existia uma falta de livros de autores portugueses que fizessem a transição entre os livros ilustrados e com pouco texto, e os de estudo, mais pesados, como, por exemplo, de Eça de Queiroz. Nos anos 80 nota-se um aumento espantoso de interesse pelos mais crescidos, os pré-adolescentes e adolescentes, e daí uma explosão na produção de literatura juvenil.

No plano dos conteúdos é de referir que a censura instalada pelo regime salazarista fizera com que houvesse muitas obras menores que nada punham em causa e por isso eram toleradas. Com a liberalização político-social pós-25 de Abril assistiu-se no plano temático a uma abordagem mais vivida e autêntica do universo da adolescência. Começaram a abordar-se problemas antes tabus, problemas cruciais dos dias de hoje, como a crise dos núcleos familiares, o desabrochar da sexualidade, os desejos de afirmação juvenil, a denúncia das desigualdades sociais e a luta contra a alienação na sociedade moderna.

A um público-alvo mais crescido correspondeu não apenas outra temática como igualmente uma amplificação de gé-

neros. (Quanto a géneros literários é de registar que, até aos anos 80 do século xx, o conto era o género predilecto para todas as idades.) Aos jovens já não bastam os contos, fábulas, lendas e histórias curtas de ilustração densa, precisam de obras com maior fôlego. Isso resultou na abordagem de dois géneros até então desleixados por autores portugueses.

Por um lado assistiu-se ao fenómeno de *formula fiction*. Este termo abrange as narrativas que seguem um padrão repetitivo, ditado por uma moda, como, por exemplo, os relatos de aventuras, de mistérios ou de namoros. São publicadas em colecções que mantêm a mesma estrutura e as mesmas personagens. Estudei sistematicamente a proliferação deste tipo de literatura no Portugal dos anos 80-90, sendo ela o fenómeno que sobressai logo à partida. É realmente a grande inovação no panorama literário, e o fenómeno tomou uma envergadura e uma vitalidade que ninguém esperava.

Por outro lado, assistiu-se ao surgimento de novelas e romances juvenis de cariz realista, onde os conteúdos são mais elaborados e acompanham os problemas dos jovens. Nos inícios dos anos 90 este tipo de narrativas estendeu-se ao público dos 14 aos 17 anos, com a publicação das primeiras obras de *young-adult literature*, que tratam os novos temas acima referidos.

Tudo isso fez que a literatura infanto-juvenil conseguisse ocupar uma posição bem firme dentro do campo literário global português: há muitas iniciativas a seu respeito, há muito mais casas editoriais para a infância, o número de autores aumentou, tal como o número de tiragens das obras, o mundo editorial prefere livros escritos por portugueses a traduções de obras estrangeiras, etc. O resultado é que a parte da literatura infanto-juvenil subiu de 20% no mercado editorial para 35%. A isso é preciso contrapor que o perigo «espreita»: nos anos 90 a literatura infanto-juvenil perdeu de algum modo o fôlego, por falta de renovação e de autores novos. Como houve muita imitação no género de *formula fiction*, a qualidade não ganhou, bem pelo contrário, constata-se uma petrificação do género. Será,

pois, preciso criar mais condições e investir para que a criação literária continue a florescer.

Como já disse, articulei a minha investigação em redor de duas questões fundamentais: a primeira focada no «Eu» português, a segunda no «Outro». Porquê esses dois aspectos? Pela simples razão, e passo a citar aqui as palavras do vosso prémio Nobel de literatura aquando do seu discurso no Euro-parlamento (Bruxelas 23-3-1999): «A busca do Outro é o caminho pelo qual cada um de nós consegue chegar a si próprio. Para aproximar-nos àquilo que somos temos que passar pelo Outro.» É efectivamente da interacção entre o Eu e o Outro que se consegue uma autodefinição. Por isso o estudo da representação do Outro, da Alteridade, da qualidade do que é distinto, se torna inseparável do estudo da Identidade. O *Eu* nunca existe sem o *Outro*, identidade e alteridade andam a par.

Quanto à história é preciso ter em conta que até 1936 predominavam na escrita portuguesa, literatura e ensaio, duas atitudes tipológicas em relação a Portugal: uma atitude marcadamente crítica, e por isso apodada de «estrangeirada» e outra vocacionada para a recuperação dos valores tradicionais portugueses. As versões oficiais da História eram heterogéneas, embora apresentassem em comum a valorização da época da Expansão Marítima e as suas figuras. O meio século do Estado Novo centralizou o pensamento cada vez mais na segunda componente, chegando-se a versões oficiais unívocas, moldadas por uma dominante monológica.

O que acontecia e o que tinha acontecido em Portugal estava fora de qualquer crítica ou de qualquer suspeita. Salazar não queria que se discutisse a Pátria nem a sua História. Neste clima de forte nacionalismo cultivou-se uma atitude de desconfiança face a qualquer influência estrangeira, impedia-se o conhecimento da realidade portuguesa integrada na evolução histórica mundial e impedia-se o conhecimento do *Outro* (cf. Nunes 1993: 17). Tudo isso levou, segundo o ensaísta Eduardo Lourenço, a uma «hiperidentidade» dos portugueses.

A literatura de lazer das crianças, tal como a escolar, era um meio ideal para alcançar esses objectivos. Manifestavam-se sobretudo nos domínios da História e da Geografia: tratava-se muitas vezes de uma reescrita da História segundo os interesses dominantes e os padrões do regime, numa necessidade de justificação política. As frases que recheavam os livros de leitura, aparentemente ingénuas, visavam desenvolver um nacionalismo exacerbado. Achava-se que as crianças deviam ser afastadas de qualquer ideia internacionalista, porque essas eram altamente subversivas.

Em primeiro lugar, pretendi verificar se a produção do período 1974-1994 continua a contribuir para a construção da mesma *comunidade portuguesa imaginada* típica do período anterior, ou se, pelo contrário, os escritores, agora livres da censura e das perseguições, tentam dar uma orientação nova às histórias que escrevem. Será que a leitura contribui para que os jovens olhem para trás e ao redor de si com outros olhos?

Analisei para isso como a História e o espaço portugueses se ligam com coisas que fascinam as crianças, destacando os processos dominantes e as técnicas utilizadas, tanto ao nível do conteúdo como ao nível da língua, para tornar Portugal atractivo, dar-lhe uma posição central, e frisar a importância e a grandeza do país aos olhos dos leitores.

As linhas gerais que destaquei quanto ao tratamento da História são duplas. Por um lado, ficou claro que na literatura juvenil contemporânea desapareceu a «manipulação glorificadora do passado ao serviço do presente ditatorial» que caracterizou a produção anterior. Isso possibilitou o reaparecimento de versões divergentes sobre a História em vez da visão uniformizada e canalizada que o regime defendera, o que se nota sobretudo na abordagem de épocas e figuras. Volta a surgir um período que não foi abordado na produção anterior, ou foi abordado apenas para o condenar, a saber, o século do Liberalismo.

Desapareceram as puras biografias de «Santos, Génios e Heróis», que António Quadros ainda em 1973 defendeu como

modelos na literatura juvenil: «que os protagonistas sejam heróis e que os heróis sejam modelos». Se os heróis ainda surgem raramente é como protagonistas da narrativa. Aliás, dois heróis supervalorizados pelo regime anterior, a saber, D. Nuno Álvares Pereira e o Infante D. Henrique, já não estão tão presentes, mas recebem o lugar que merecem como figuras de relevo, nada mais. Diminuiu muito o peso da história institucional e dos acontecimentos militares. Em contrapartida, nas narrativas contemporâneas centraliza-se a atenção nas condições de vida do Zé Povinho, homens, mulheres e crianças, assim como no seu papel, nas épocas de transformações sociais e políticas. Daí que haja sempre protagonistas fictícios do povo ao lado de figuras históricas. O que se pretende é dar a todas as forças sociais o lugar que merecem.

Mas apesar disso, há que reconhecer que várias narrativas de 1974-1994 ainda expõem representações que dão corpo a muitos dos valores e mitos anteriores, mesmo sem o controlo exercido pelo Estado sobre os autores e os editores. A «casa imaginária da Pátria», com os seus motivos e mitos colectivos continua a surgir, contribuindo para uma construção renovada da identidade nacional. De facto, continua-se a abordar os mesmos momentos de glória nacional, a preferir a génese da nação, a Restauração e, sobretudo, a gesta marítima do povo português, em detrimento do passado pré-nacional ou do passado mais recente.

Acrescenta-se a isso o facto de que, regra geral, se evita oferecer uma visão crítica do país, evita-se mostrar tanto o bem como o mal, atribuindo, por exemplo, as causas dos problemas aos outros, ou apresentando aspectos positivos de coragem e lealdade dos portugueses face a situações problemáticas.

A grande diferença com a literatura infanto-juvenil do período precedente reside no facto de que nas narrativas contemporâneas já não se encontra o nacionalismo manifesto e exacerbado como objectivo a atingir através da leitura, já não se procura intencionalmente incutir no espírito dos jovens o culto

do tradicionalismo ou do nacionalismo patrioteiro. Mas mostrei nas minhas análises que são sobretudo aspectos discursivos que orientam autoritariamente os leitores a tomar posição por Portugal, a sentir orgulho pelo país. Na maioria das narrativas encontra-se um discurso que se inscreve, inconscientemente, na tradição pré-1974.

Outro elemento que reforça este enraizamento nacional, e que constatei igualmente no tratamento do *espaço*, é que Portugal constitui quase o único ponto de interesse: trata-se em geral da História e do território de Portugal. Os espaços físicos dados a conhecer na literatura juvenil 1974-1994 concernem quase unicamente o próprio país, cobrindo a quase totalidade do território português, embora destaque a preponderância do cenário urbano, sobretudo lisboeta, sobre o cenário rural. O país como espaço geográfico é considerado parte essencial da literatura juvenil: faz o leitor sentir-se em casa, e como não há casa sem mobília ou gente a viver nela, estes aspectos também estão presentes, através das abundantes referências a monumentos e artefactos culturais, e através do retrato do espaço social, respectivamente.

Isso traduz-se, por exemplo, nas colecções como «Uma Aventura» e «Viagens no Tempo» (Magalhães & Alçada), que tratam deliberadamente do espaço geográfico português com o objectivo de mostrar aos leitores como é o país, quais são as particularidades de certas regiões, como vivem as gentes nos diferentes sítios do país, etc. Os lugares são às vezes até tematizados. Por outro lado, colecções como «Asa Delta» (Magalhães & Alçada) e «O Clube das Chaves» (Maria Teresa Maia Gonzalez & Maria do Rosario Pedreira), ao construir o enredo em torno de objectos da cultura e da arte portuguesas, contribuem igualmente para que a criança reconheça o seu mundo real no mundo literário e saiba atribuir-lhe valor.

Constatei que em muitas narrativas os autores fazem um esforço, consciente ou inconsciente, para que a «realidade» das personagens da narrativa corresponda efectivamente à realida-

de do leitor. O mundo diegético parece uma transposição do mundo vivido e empírico, pela abundância de dados reais e verificáveis. Pode dizer-se que a literatura juvenil contemporânea leva a uma profunda vivência do país, a uma forte comunhão com o que aí acontece.

Também neste domínio notei, tal como realcei no tratamento da História, a quase ausência de uma voz crítica no que toca ao país, e a dois aspectos do espaço social em particular. O primeiro é o reverso da medalha da grandeza portuguesa da qual se evita, regra geral, dar uma visão disfórica. Calam-se as consequências dos Descobrimentos tal como se manifestaram no dia-a-dia dos portugueses, o clima artificial de prosperidade marítima e de desencanto urbano. O segundo é o silenciamento da história recente. Quase ninguém se atreve a falar abertamente do Estado Novo, do fascismo e das suas consequências no espaço social contemporâneo. É significativo que só muito recentemente o 25 de Abril tenha entrado na literatura juvenil. Contudo, as cicatrizes desse passado recente transparecem inconscientemente nas narrativas, como as análises demonstraram. É sobretudo na tremenda presença do fenómeno da emigração que isso se patenteia, quase num livro em cada dois: 44%.

Assim, certa crítica está presente porque, no seu conjunto, as narrativas juvenis oferecem uma imagem complementar muito mais assente na realidade. Mas é preciso ler nas entrelinhas e estudar o discurso, porque abertamente quase ninguém aborda o tema, como se a proibição salazarista de discutir a história e a pátria ainda continuasse em vigor. Penso que isso se deve ao impacto que teve a doutrinação do Estado Novo no subconsciente colectivo português.

Tanto pelo tratamento da História como do espaço, um dos maiores objectivos dessa literatura é ajudar a estabelecer a identidade do povo português. É verdade que isso acontece igualmente em outras literaturas, é, aliás uma das funções básicas da literatura, mas no caso de Portugal tem uma intensidade particular.

Ora, já referi que toda a cultura humana se situa a si própria por oposição, por comparação a outras culturas, uma vez que «*the circumscription of cultural identity proceeds by silhouetting it against a contrastive background of Otherness*» (Corbey e Leerssen 1991: vi). Ou, para citar José Mattoso, «a consciência de pertença a um determinado país exprime-se por meio de uma ideia que se poderia traduzir na frase “nós somos portugueses; os outros são estrangeiros”» (1998: 13).

Na terceira parte do meu livro pretendi, pois, estudar se a atitude de desconfiança para com o Outro que o regime anterior tinha atizado, ainda persiste na literatura contemporânea, ou se as narrativas que se oferecem aos jovens reflectem já de algum modo o que se passa no mundo, transmitindo um espírito de compreensão internacional, de entendimento e amizade com outros povos do mundo, sem com isso procurar um desenraizamento nacional ou falta de amor pela pátria.

Já referi que na esmagadora maioria das narrativas se trata da história e de espaços nacionais: apenas 6% das narrativas do período 1974-1994 tem um cenário situado fora de Portugal e 15 % dizem respeito às figuras míticas de outras culturas, como o Rei Artur, Kepler, Galileu ou Mozart.

A esta escassez de sítios estrangeiros é preciso acrescentar que, ao contrário do que acontece em literaturas mais nórdicas, quase nunca aparece um estrangeiro como personagem principal: costumam ser jovens portugueses que se deslocam a outro país para aí viver uma aventura e voltar a Portugal. Assim, não se oferece a possibilidade de identificação do leitor com um jovem estrangeiro, porque quase nunca se entra dentro da mente de um estrangeiro.

O único caso em que isso acontece é *Brasil! Brasil!* (Magalhães & Alçada), narrativa em que o perfil interior de três brasileiros, dois brancos e um negro, é retratado profundamente. Se queremos estudar o estrangeiro *tel qu'on le voit*, que é o princípio da imagologia, a primeira condição é que este estrangeiro esteja presente. Ora, na literatura juvenil de 1974-1994, a

sua presença é extremamente fraca. O que os jovens portugueses puderam saber sobre outros povos e países através de narrativas portuguesas reduzia-se a uma mão-cheia de livros.

Tratei o Outro na literatura juvenil do período 1974-1994 a partir das três relações culturais que por razões histórico-geográficas são as mais evidentes, a saber, com o país vizinho, a Espanha, com o conjunto dos outros países europeus, e com as ex-colónias portuguesas.

Como afirma Onésimo T. Almeida, a questão da identidade surge sempre num contexto de confronto, confronto que se dá na maior parte dos casos a partir do mais pequeno para o maior, e assim «a consciência da identidade portuguesa surgiu no confronto com Castela» (Almeida 1995: 81-82). Como as relações entre os dois vizinhos são um assunto espinhoso, não deve admirar que se depreenda uma dupla atitude face à Espanha. Pode dizer-se que a literatura juvenil dos anos 1974-1994 quase ignora a existência do país vizinho e dos seus habitantes. Essa indiferença evidencia-se sobretudo na ausência total da Espanha moderna e actual, com o seu modo de vida e maneira de ser bastante diferentes, de que quase não há indícios. Apenas em 1995 e 1996 surgiram as primeiras narrativas sobre o grande vizinho (Ana Saldanha: *A Caminho de Santiago*, Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada: *Uma Aventura em Espanha e Os Imbatíveis em Salamanca*, de Manuela Moniz Lopes & Cremilde Madaíl).

Os Portugueses costumam queixar-se da «atitude inexplicável que os espanhóis tomam, com uma boa dose de ignorância ostensiva, desprezo autista e desinteresse homérico por tudo quanto passe a raia que nos divide/une» (João Medina in *Jornal de Letras* n.º 637 de 1528/3 de 1995: 44-45). Ora constata-se que quase todos os autores portugueses para jovens voltam, por sua vez, as costas à Espanha, e também fazem como se não tivessem vizinho, mostrando a mesma falta total de interesse por Espanha. A não ser que esse *silêncio* seja significativo de

outro fenómeno e que revele a dificuldade de os Portugueses em aceitarem serenamente a relação com o país vizinho. Em todo o caso parece preferível evitar o tema e calar-se.

Em contrapartida, os momentos de afirmação da identidade nacional de Portugal em que a Espanha histórica interveio são mais frequentemente referidos nas narrativas, embora essencialmente nas mesmas escritoras: Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada e Alice Vieira. Não desmentem a definição justificativa da existência de Portugal como país em contraste com a Espanha, mas na maneira como tentam desmitificar as relações difíceis com o país vizinho duas atitudes se desenham. A da dupla Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada testemunha de uma cautela extrema. Suponho que numa tentativa de *political correctness*, elas nunca fazem comentários que possam ferir as sensibilidades dos Espanhóis, bem pelo contrário. Mostram um empenho em apresentá-los o mais objectivamente possível, não utilizando palavras depreciativas, não os descrevendo em termos negativos, escolhendo até um tendeiro espanhol simpatíssimo como figurante e apresentando vários portugueses que têm bons amigos espanhóis. Tocam também no antagonismo do carácter, no «génio» nacional dos dois povos, um de temperamento mais discreto e matizado, o outro mais fogoso e dinâmico. Contudo, tanto a maneira de apresentar as situações como os recursos narratológicos levam a valorizar o que é português. Quase sem dizer mal nenhum dos Espanhóis, a sua escrita conduz o leitor a posicionar-se do lado dos Portugueses, e acaba assim por atizar a chama do patriotismo no leitor. O *Outro* espanhol é pretexto para melhor posicionar o *Eu* português.

Isso não acontece na escrita de Alice Vieira, que não esconde os sentimentos que existem no imaginário colectivo português e, chamando as coisas pelos nomes, até fala abertamente nisso e nas situações que causaram o desentendimento. As suas referências deixam transparecer não só os conflitos como também a opinião mais negativa que positiva que o português médio tem dos Espanhóis. No entanto, aproveitando-se de vá-

rias técnicas, mostra o infundado dessas susceptibilidades face aos Espanhóis, embora sem insistir muito. Aborda as relações luso-espanholas tais como são com toda a normalidade possível, e por isso acho poder concluir que Alice é a escritora portuguesa para jovens que mais se sente à vontade com o tema espanhol.

Muito se escreveu já sobre o facto de que a posição geográfica, no extremo ocidental da Europa, condicionou Portugal a um relativo isolamento, estando virado para o Atlântico e afastado da velha Europa. Isso explica «o sentimento estranho de estar na Europa não sendo Europa», que Jacinto Prado Coelho exemplifica com as palavras de José Osório de Oliveira: «vivemos, portanto, de certa maneira, fora de nós. E isto porque a História nos afastou da Europa, e a Geografia nos mantém longe dela, sem que sejamos de outra parte do mundo» (1977³: 34). Os escassos *estrangeirados* bem tentaram, desde o século XVIII, *reaportuguesar Portugal tornando-o europeu*, mas encontraram resistência obstinada da parte dos tradicionalistas, que consideravam suspeitas as novidades de além-fronteiras. Os cinco séculos de império colonial culminaram em quarenta anos de mística imperialista, que certamente também não favoreceram o sentimento de pertença à Europa por parte dos Portugueses, continuando muitos deles a sentir-se mais atlânticos do que europeus. Basta pensar no «orgulhosamente sós» de Salazar. Logo a seguir à Revolução do 25 de Abril, Portugal viveu um período conturbado em que perdeu as *províncias ultramarinas*, o que reduziu o país à sua dimensão europeia: um rectângulo a oeste da Europa. Tornou-se mais ou menos necessário virar-se para a Europa.

Ora, parece efectivamente que a situação geográfica marginal afastou Portugal do resto do continente: é espantoso ver em que medida a Europa fica fora da literatura juvenil. As narrativas quase não saem das bem conhecidas fronteiras históricas, geográficas e sociais de Portugal, como se o país fosse uma ilha da qual é perigoso ou simplesmente nada interessante sair. Além disso, se outro país europeu aparece, é a maior parte das

vezes quando existe uma clara relação com Portugal, e mais especificamente com a História de Portugal. Isso significa que essas referências a outros países e povos servem, em primeira instância, de pretexto para ilustrar o que as crianças aprendem nas aulas de História portuguesa. O objectivo, apesar de umas excepções, não é dar a conhecer melhor o país ou o povo que se menciona mas fornecer elementos para fomentar uma relação empática do leitor com o que é português.

Um segundo ponto interessante que de imediato se destaca ao estudar a alteridade europeia na literatura juvenil é que os não portugueses que aparecem nas narrativas não têm, em geral, uma nacionalidade específica. Apenas de vez em quando surge uma nacionalidade particular. Em muitos casos, quem não é português é classificado quer como *estrangeiro* quer como *turista*, como se a nacionalidade não importasse muito. Contudo, um holandês evoca claramente um código cultural diferente do de um alemão ou do de um francês. É relevante diferenciar as várias nacionalidades. Isso parece não ser o caso em Portugal, como se um estrangeiro não pertencesse a um país particular, na sua singularidade e diferença, mas fosse antes um cidadão de um país que se chamaria o *Estrangeiro*, e que, portanto, também *fala estrangeiro*.

De que maneira então entram os jovens leitores em contacto com outros habitantes e culturas da Europa? Quase unicamente pela forma como a maioria os conhece na vida real: através dos turistas que visitam Portugal. Ora, nos comentários acerca dos turistas, muito mais do que evidenciar como estes são, põe-se em relevo a atitude mental dos Portugueses face ao Outro, e essa atitude é muito ambígua.

As narrativas revelam, por um lado, que se precisa do turista porque dá *bom dinheiro*, pois o turismo é um importante sector económico que fornece trabalho a muita gente, e nessa qualidade ele tem de ser respeitado. Mas, de resto, o turista não é muito bem visto, não percebe a língua, é considerado também como fonte de problemas, torna-se um bicho estranho de quem

se gosta de fazer troça. Há certa desconsideração para com o turista, e daí as muitas descrições estereotipadas. É como se a mensagem fosse que os Portugueses não têm outro remédio senão aturá-lo. Tudo isso é muito de estranhar, porque é uma atitude que não corresponde de maneira nenhuma ao acolhimento caloroso que os turistas costumam receber em Portugal. Na realidade, quem visita Portugal sente-se em geral bem acolhido, melhor do que em certos outros países, e acha os Portugueses gente amável e hospitaleira. Quase nunca há notas discordantes quanto a isso. Donde vem então essa imagem na literatura juvenil, essa atitude deplorável que tão pouco se coaduna com o modo de ser dos Portugueses?

Embora o turista apareça frequentemente nas narrativas, isso deixa muito pouco espaço para conhecê-lo verdadeiramente, por tratar-se sempre de contactos efémeros e superficiais, em situações de férias, portanto, situações artificiais, uma vez que estes turistas não se encontram no seu próprio ambiente. Se ligarmos este facto ao primeiro aspecto, a saber que na maioria das referências a outros países se trata de episódios históricos, de um tempo remoto, não é de estranhar que muitos aspectos de outras culturas nunca venham à baila: a maneira de vestir, a música, as casas e o alojamento, as práticas religiosas, as festas, a organização social, o clima, a vida escolar, os passatempos favoritos, os desportos, as relações entre amigos e entre irmãos, as associações juvenis... A literatura juvenil quase não transmite conhecimentos sobre o Outro. Não é através da leitura que as crianças e os jovens portugueses ficarão a conhecer os modelos segundo os quais são organizadas outras sociedades, nem em que medida a vida de todos os dias dos seus homólogos estrangeiros difere da vida portuguesa, nem quais são as ocupações das outras crianças, nem como elas vivem, nem o que fazem no seu tempo livre, etc. Os livros juvenis do período 1974-1994 não permitem quase nenhuma tomada de consciência disso, nenhum conhecimento social do Outro ou do mundo lá fora.

No período 1974-1994 apenas há dois livros em que estes aspectos são tratados, *Uma Aventura em Viagem* (1983) e *Uma Aventura em França* (1991), em que os amigos não fazem turismo mas vivem a sua aventura *habitual*, só que noutro país. Sobretudo no último livro as autoras (Magalhães & Alçada) esforçaram-se por oferecer um leque de facetas interessantes da vida francesa.

Posteriormente a 1994 essa lacuna foi compensada por uns 4 livros de Ana Saldanha (coleção «Vamos Viajar») e pelos 8 livros da coleção «Os Imbatíveis», de Manuela Moniz Lopes & Cremilde Madañ, todos livros que abrem horizontes além-Portugal, com visitas de portugueses a Inglaterra, França, Itália, Irlanda, Luxemburgo, etc. em que se tenta aceitar as diferenças que constataam.

Porque isso é um traço surpreendente do período 1974-1994, a saber, que o Outro dessa Europa a que Portugal pertence já desde 1986 é retratado quase unicamente no que é diferente de Portugal. Ora, o que não é português é tratado predominantemente com palavras carregadas de conotações negativas, de tal maneira que o leitor é levado a sentir desconfiança perante ele. As atitudes que ressaltam das descrições são quer de troça, quer de desconfiança, quer de irritação. As observações irónicas talvez tenham uma intenção lúdica, e não há nada contra isso, mas tornam-se suspeitas quando apenas se encontra esse tom trocista ao falar do Outro. É a redundância delas, combinada com a completa ausência de outras observações e comentários relevantes acerca do Outro, que é surpreendente. Se pelo menos se escrevesse qualquer coisa de interessante sobre outros povos e outras culturas, a troça não seria o único ponto de contacto. Contudo, em nenhum domínio que poderia ser interessante para um jovem há uma troca de ideias ou um intercâmbio enriquecedor. Pode-se muito bem gozar com «*os nórdicos rosados como lagostins*», mas como é que uma criança portuguesa saberá que os verões dos nórdicos às vezes parecem piores que os invernos portugueses e que muita gente anseia por sentir um bocado de sol?

O que é diferente, no sentido de não ser português, em geral, não é bem-visto, o que se nota em pequenos comentários, em que a diferença é tratada predominantemente com palavras carregadas de conotações negativas; um *outro* face a *nós*, se encontra sempre numa oposição hostil. A alteridade não se mostra aqui no seu lado positivo e enriquecedor, mas muito mais como um corpo alheio a tudo o que é português e bem conhecido, um elemento estranho que é melhor afastar das crianças. O conceito de uma Europa como uma grande nação, a ideia da União Europeia está (por assim dizer) completamente ausente da literatura juvenil. Além disso, longe de criar laços de afinidade com os jovens de outras culturas, insiste no que é nacional. Manifesta-se quase sempre uma ênfase no que é positivo no próprio país, como se os autores sentissem a necessidade de enfeitar o que é seu, e de demonstrar que em Portugal tudo é melhor.

Se aparentemente os autores para a juventude acham que a Europa não é um tema que possa despertar grande interesse no seu público, confirmando assim a velha ideia de que historicamente Portugal sempre esteve virado para o Atlântico, é de esperar que pelo menos o antigo império português esteja presente.

Durante o regime anterior, as «Províncias Ultramarinas» tinham uma presença marcada na literatura infanto-juvenil, uma vez que os livros eram instrumentos possíveis de formação ideológica. Através da leitura o regime tentava inculcar orgulho em relação à história brilhante de Portugal e ao seu império colonial.

Ora, tratava-se de uma literatura que tinha «como cerne a exaltação do esforço do homem branco, o negro perpassando apenas como que por acidente e desfocado da sua real situação como ser explorado e humilhado» (Manuel Ferreira & Gerald Moser (1983: 61). Nas palavras de Natividade Correia, nos livros para crianças «os pretinhos continuavam a servir de enquadramento cómico ou folclórico» (1985: 41).

Face à presença no período anterior, o que ressalta da investigação do período 1974-1994 é a quase ausência das ex-colónias na literatura juvenil. Não só há muito poucas evocações destes países como na sua maior parte são evocações históricas que não reflectem em nada as relações actuais que Portugal mantém com eles. As antigas colónias no seu dia-a-dia ficam praticamente esquecidas. Do Brasil contemporâneo, cujas telenovelas abundam nos canais portugueses até à saturação, não se encontra rasto nenhum nas narrativas para jovens. O timorense, o angolano, o guineense ou outro africano qualquer, são figuras extremamente pouco frequentes nas narrativas, e se aparecem não são personagens aprofundadas. Nos únicos casos em que surgem países africanos parece que a alteridade do africano é escondida, escamoteada, como se não houvessem diferenças com Portugal. Da vida dos negros quase não se fala, nem quando se trata da África, nem quando se trata da vida deles em Portugal. (Não obstante os muitos casamentos de portugueses com pessoas de outras raças, de que os portugueses se orgulham, não existe a figura do mulato na literatura, como há, por exemplo, os *angloindians* na literatura inglesa).

Na mesma linha se situa a quase ausência de três aspectos intimamente ligados às relações históricas de Portugal com as colónias, a saber, o importante tráfico negreiro de que não há nem um único vestígio, os acontecimentos e a guerra colonial que puseram fim ao império e as trágicas guerras civis que se seguiram à independência em alguns dos países libertados. É como se os laços com as ex-colónias tivessem sido cortados com a Independência de 1975. Não se encontra nenhuma alusão às consequências directas da Independência, como a violenta guerra civil que conheceu Moçambique e que Angola ainda conhece, ou a ocupação indonésia de Timor-Leste. Apenas os horrores da fome em Moçambique são referidos por um rapaz atormentado pela pobreza e os pedintes que vê nas ruas de Lisboa (A. Honrado, *O Maior dos Mistérios*, 1994: 24). Isso não faz mais do que confirmar as palavras de Isabel Castro Henriques

(1999: 11): «É certo que a sociedade portuguesa silencia e rejeita ainda hoje uma parte do seu passado, desse passado particular que é o das relações dos portugueses com África e com os africanos.»

Refira-se que, tal como assinalai para a relação com a Europa, os últimos anos indiciam que há certo progresso, que a pouco e pouco as coisas estão mudando para uma contemplação mais real e serena dos factos, tanto da situação nas ex-colónias como da presença de gente não branca em Portugal e do crescente racismo a ela ligado. (A. Saldanha: *Uma questão de cor* 1995, C. Correia, M. A. Menéres, N. Rocha: *O Mistério da Marioneta assassina*, A. Honrado: *Os Caçadores de Cabeças* 1994?)

Sabemos todos que a leitura é uma negociação através de fronteiras culturais e históricas, é uma maneira de entrar em contacto com a alteridade, porque a leitura é «*not only an activity of "leaving home" but also one of "bringing home"*» (Schwab 1996: 4). Neste «trazer para casa» não reside nenhum perigo para o enraizamento nacional, como disse, já em 1985, Natividade Correia: «Hoje já não se receia que a educação visando a compreensão internacional mine as identidades e os interesses nacionais. É necessário fazer compreender à criança a ideia da interdependência dos países e a necessidade de um desenvolvimento global mundial.» (1985: 44)

As minhas análises mostraram, no entanto, que esta evolução no pensamento ainda não se manifestou na maior parte das narrativas juvenis do período 1974-1994, continuando a existir em muitas uma valorização quase incondicional de tudo o que é português, a par de uma resistência a tudo o que vem de fora. As análises também deixaram bem claro que isto acontece em grande parte inconscientemente, através da selecção na transmissão de informação, do ponto de vista escolhido e sobretudo de elementos discursivos.

É óbvio que certamente não acontece da mesma maneira em todos os escritores, havendo grandes variações na qualidade da escrita. Esta valorização do que é tradicional quase não

se encontra, por exemplo, nos livros de Alice Vieira, que dá comentários bastante críticos acerca de Portugal. E como já referi, alguns escritores, embora ainda poucos (penso em Ana Maria Magalhães & Isabel Alçada, Gabriela Morais, Ana Saldanha, Moniz Lopes & Cremilde Madaíl...), se deram conta da necessidade de ir ao encontro do Outro e já não se limitam ao território nacional.

Concluindo, poderíamos formular a seguinte questão: será então que a literatura juvenil do período 1974-1994 não difere essencialmente, pelo menos no que diz respeito à doutrinação identitária, da produção anterior à Revolução, e que se lhe pode dar o rótulo de «nacionalista»? Penso ter amplamente demonstrado que, decerto, não se pode falar de uma verdadeira ruptura depois do 25 de Abril. Mas, por outro lado, a influência deste marco da liberdade de expressão e de escrita também e logicamente se fez sentir em todos os autores, o que explica as mudanças que se manifestaram. Era evidente que um nacionalismo puro já não cabia nos livros para jovens, e todos os escritores se afastaram das manifestas tendências nacionalistas. Contudo, no período estudado, Portugal continuou situado no centro de interesse; a cultura, a história e a «arte de ser português» continuaram a ser o alvo das atenções, embora já não tão evidentemente como antes. Para a combinação dessa atitude com a resistência em assumir que a relação entre «nós» e o «outro» contém dois pólos igualmente dinâmicos, existe outro termo: etnocentrismo (cf. O'Neill 1991: 92-93).

O etnocentrismo foi definido como sendo «esse olhar para as coisas que faz que o grupo cultural ao qual alguém pertence seja o centro de tudo e que todos os outros grupos culturais sejam classificados e apreciados consequentemente». Textos etnocêntricos opõem-se a textos «relativizadores», que pretendem deslocar-se mentalmente numa certa cultura, tentando excluir a influência da própria cultura no seu pensar e julgar. Acho que o meu estudo demonstrou que desses textos «relativizadores» há muito poucos.

As minhas análises não pretendem inculpar tal ou tal autor, embora haja escritores de tendência etnocêntrica mais vincada do que outros, nem proferir uma sentença desfavorável sobre a literatura juvenil portuguesa no seu conjunto, trata-se antes de mais nada de puras constatações. Como se pode constatar também que, em Portugal, há poucas traduções de obras juvenis estrangeiras, o que intensifica o fenómeno. Em outros países a parte considerável das traduções corrige a eventual imagem monológica que a própria literatura pudesse oferecer.

Os meus resultados também não pretendem significar que não exista na literatura juvenil estudada nenhuma obra de valor. Pelo contrário, há uma quantidade de narrativas cativantes, emocionantes, interessantes ou divertidas, como não deixei de mencionar ao longo do meu estudo. Não é porque o etnocentrismo é uma característica sua, que a literatura portuguesa tenha de ser julgada unicamente à luz deste aspecto, também há outros critérios. Acho, no entanto, que é uma faceta em que um português não pensará facilmente, simplesmente por não ter consciência disso, por fazer parte dessa cultura centrada sobre si própria.

Referências bibliográficas

- Almeida, Onésimo Teotónio, «Em busca de clarificação do conceito de identidade cultural. O caso açoriano como cobaia», in *Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*. Vol. II, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 65-89.
- Barreto, Garcia, *Literatura para Crianças e Jovens em Portugal*, Porto, Campo das Letras, Coleção «Campo da Literatura/Ensaios» n.º 18, 1998, 234 pp.
- Blockeel, Francesca, «Colonial and Postcolonial Portuguese Children's Literature», in *Book-bird. World of Children's Books*, Winter 1996, vol. 34, n.º 4, pp. 12-17.
- *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade*, Caminho, Lisboa, 2001.

- Coelho, Jacinto do Prado, *Originalidade da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, «Biblioteca Breve», 1977, 3: 1992, 90 pp.
- Corbey, Raymond e Leerssen, Joep (org.), *Alterity, Identity, Image. Selves and Others in Society and Scholarship*, Amsterdam-Atlanta, Amsterdam Studies on Cultural Identity, Rodopi, 1991, 252 pp.
- Correia, Maria da Natividade, «A história nos livros para crianças, de 1960 até aos nossos dias», in *Boletim Cultural*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Série VI, n.º 4, Março de 1985, pp. 40-47.
- Ferreira, Manuel e Moser, Gerald, *Bibliografia das Literaturas de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, 405 pp.
- Gomes, José António, *Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e a Juventude*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1998, 100 pp.
- Henriques, Isabel Castro, «Do escravagismo ao racismo», I. Castro Henriques entrevistada por José Miguel Sardica, in «Escravidão em Portugal», revista *História*, ano xxi, n.º 16, Julho de 1999, pp. 10-18.
- Hobsbawm, Eric, «Inventing tradition», in *The invention of tradition*, E. Hobsbawm e T. Ranger (org.), Cambridge, Cambridge University Press, 1: 1983, 8: 1993, pp. 1-14.
- Lourenço, Eduardo, *O Labirinto da Saudade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978, 5: 1992, 188 pp.
- *Nós e a Europa, ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, 135 pp.
- «Nacionalistas e estrangeirados», in *Portugal e a Europa. Identidade e diversidade*, Henrique Gomes de Araújo (org.). Porto, Asa, Clube do Professor, Coleção «Em Foco», 1991, pp. 99-112.
- Matos, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Horizonte, 1990, 252 pp.
- Mattoso, José, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Mário Soares: Cadernos Democráticos, Gradiva, 1998, 110 pp.
- Medeiros, Paulo (org.), *Literatura, Nacionalismos, Identidade*, número temático da revista *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, n.º 13, Outubro de 1996, 204 pp.

- Medina, João, entrevistado in *Jornal de Letras*, n.º 637 de 1528/3 de 1995: 44-45.
- Nunes, João Paulo Avelãs, «Ideologia e história no Estado Novo (1933-1949)», in *Vértice* 56, Setembro-Outubro, 1993, pp. 13-23.
- Quadros, António, *A Aventura e o Mundo Juvenil e os seus Aspectos Educativos*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, «Exposição de Livros Juvenis», 16-31 de Outubro de 1973.
- Rocha, Natércia, *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, «Biblioteca Breve», vol. 97, 1984, 150 pp.
- Schwab, Gabriele, *The Mirror and the Killer-Queen. Otherness in Literary Language*, Bloomington-Indianapolis, Indiana University Press, 1996, 205 pp.

